



ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO DISTRITAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL – FUNDHIS

Às nove horas do décimo dia do mês de abril do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões do Segundo Andar do Edifício Sede da Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano - SEDHAB, foi aberta a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Fundo Distrital de Habitação e Interesse Social – FUNDHIS pelo senhor Secretário-Adjunto da SEDHAB Rafael Oliveira, que, na qualidade de Presidente substituto do Conselho, saudou a todas as Conselheiras e Conselheiros presentes e logo passou ao encaminhamento dos seguintes assuntos: **1) Ordem do Dia: 1.1) Abertura dos Trabalhos e Verificação do Quórum; 1.2) Informes do Presidente; 2) Publicações 2.1) Resolução nº 7, de 28 de novembro de 2012**, publicada no DODF de 05 de dezembro de 2012, p. 47. **2.2) Ata da 4ª Reunião Ordinária do CG/FUNDHIS**, publicada no DODF de 04 de abril de 2013, p. 18 e 19; **3) Itens para Deliberação; 3.1) Processo: 392-007.115/2012, Assunto: Contratação de Empresa para Execução de Trabalho Técnico Social na QNR 02 a 05 da Ceilândia**. Valor: R\$ 108.587,45. Proponente: **CODHAB**. Conselheira Relatora: Fátima de Maria Silva Sousa; **4) Assuntos Gerais. 5) Encerramento**. Após verificar o quórum, o Presidente Substituto, Rafael Carlos de Oliveira, declarou aberta a Sessão, cumprimentando os presentes e fazendo uma leitura da pauta. Na sequência informou que passaria o Item 1 - Informes do Presidente - para a primeira parte do Item 4, Assuntos Gerais. Continuando a ordem do dia, passou então ao Item **2: Publicações**. Apresentou o item **2.1) Resolução nº 7, de 28 de novembro de 2012**, publicada no DODF de 05 de dezembro de 2012, p. 47, a qual, aprovou, por unanimidade, o documento referente às Estratégias de ação – Versão Final, do Plano Distrital de Habitação de Interesse Social – PLANDHIS; apresentou também o item **2.2) Ata da 4ª Reunião Ordinária do CG/FUNDHIS**, publicada no DODF de 04 de abril de 2013, p. 18 e 19. Em seguida, o Presidente passou para o item 3.1 da pauta de deliberações. Antes de passar a palavra à Conselheira Fátima de Maria Silva Sousa, para apresentação do seu relatório e voto, perguntou à plenária se havia necessidade de uma apresentação por parte do corpo técnico da CODHAB, para explicitar melhor o processo. O Conselheiro Cláudio Pereira dos Santos, solicitou que fosse feita a apresentação para melhorar o seu entendimento sobre o processo em questão. A apresentação foi feita pela Senhora Valdenira Lameiras, Assistente Social da Diretoria de Regularização da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB, a qual informou que o contrato em questão foi assinado entre o GDF e o Ministério das Cidades, por intermédio da Caixa Econômica Federal, em 2007. Informou ainda que o escopo do projeto foi a construção de quinhentas e dezenove unidades habitacionais, em parcelamento com os lotes entregues pelo Governo local, nas QNR 02 a 05 da Ceilândia. A senhora Valdenira continuou sua apresentação, comunicando que o



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e
Desenvolvimento Urbano
Unidade Gestora de Fundos - UGF



projeto em questão não prosperou conforme avençado, tendo sido executado apenas a parte de infraestrutura, sendo que a parte habitacional e o trabalho social não aconteceram. Seguiu informando que o governo atual, em 2011, no esforço para retomar o referido contrato e não perder o recurso disponibilizado, propôs a alteração da meta física, no sentido de construir duzentas novas habitações e aplicar o restante do recurso em melhorias habitacionais na mesma localidade. Esse acordo foi acatado pelo Ministério das Cidades, e o trabalho social teve que ser reprogramado, tendo sido mantido o valor original. A servidora informou ainda que o projeto foi aprovado pela Caixa Econômica Federal, em abril de 2012, e foram retiradas algumas atividades para que o recurso fosse suficiente para fazer o trabalho mínimo necessário. Mas explicou que quando chegou a época de fazer o processo licitatório, envolvendo a SEDHAB e a CODHAB, houve a necessidade de se proceder uma pesquisa no mercado especializado na execução de trabalho técnico social. O valor médio estimado ultrapassou o valor original do projeto e, por esse motivo, foi necessário o aporte desse valor de cento e oito mil reais para completar o montante necessário para fazer o trabalho social nessa área. Após a apresentação do projeto, a palavra foi dada à Conselheira Fátima de Maria Silva Sousa, para seu voto, já que não havia mais a necessidade da leitura do relatório. Seu voto foi favorável ao repasse do recurso do FUNDHIS para a contratação de empresa para execução de trabalho técnico social, junto à comunidade das QNR 02 a 05 da Ceilândia-DF, tendo em vista a pertinência e a relevância do projeto para a comunidade a ser beneficiada. O Presidente substituto Rafael Oliveira retomou a palavra, comunicando que o processo em questão é o primeiro processo que o Conselho do FUNDHIS analisa. E em seguida explicou como se daria o rito subsequente: abertura para pedidos de esclarecimentos pelos Conselheiros e pelas Conselheiras sobre eventuais dúvidas. Em seguida, abrir-se-ia a palavra para que pudessem debater questões de mérito. Fazendo uso do momento de esclarecimentos, o Conselheiro Francisco Dorion de Moraes solicitou a palavra e perguntou se o contrato foi reaproveitado ou renovado, e se o projeto é dirigido para as faixas um e dois? A servidora da CODHAB, Valdenira Lameiras respondeu que o contrato conta com recursos do Programa Pró-Moradia, e à época em que ele foi firmado não se utilizava a terminologia de faixas um ou dois. Afirmou que o recurso é voltado para urbanização de assentamentos precários, sendo uma linha de ação do Ministério das Cidades. O Presidente substituto Rafael Carlos Oliveira complementou, afirmando que se fosse feita uma correlação com o que se tem hoje dentro da Política de Financiamento Federal, a resposta seria sim, ou seja, a classe a ser atendida pelo Trabalho Técnico Social corresponderia à faixa um do Programa Minha Casa Minha Vida, para famílias com renda de até mil e seiscentos reais. Ainda com a oportunidade de esclarecimento, o Conselheiro Cláudio Pereira dos Santos solicitou esclarecimento à Presidência do Conselho, quanto à forma de apresentação de demandas ao Conselho, pois tem uma pendência em sua região,



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e
Desenvolvimento Urbano
Unidade Gestora de Fundos - UGF



um projeto que se iniciou para a faixa de baixa renda, e que não foi finalizado, e algumas pessoas começaram a construir por conta própria. Seu pedido de esclarecimento seria no sentido de saber se esse tipo de demanda poderia ser trazida ao Conselho, para discussão. A essa questão trazida pelo Conselheiro Cláudio, o Presidente substituto Rafael Oliveira, sugeriu que o Conselheiro recorresse ao Regimento Interno do Conselho Gestor e ao Decreto de Operacionalização do FUNDHIS, para total esclarecimento quanto ao envio de demanda para apreciação do Colegiado. Não obstante, adiantou que o Conselho recebe demandas oriundas da SEDHAB e da CODHAB, dentro das áreas de atuação do Fundo. Informou ainda que a Secretaria Executiva do FUNDHIS enviará novamente aos conselheiros, por e-mail, a Lei de criação do Fundo e os Decretos que o regulamentam. Não havendo mais pedidos de esclarecimentos, passou-se então à discussão de mérito do relatório e voto da conselheira. A palavra foi concedida à Conselheira Teresa Ferreira Dias, que informou existir o grupo na Vila Feliz do Guará, e o pessoal da Vila Rafael, que são grupos realmente carentes. Em seguida, a Conselheira parabenizou o trabalho da gestão, por enxergar essa necessidade das comunidades carentes. O Presidente substituto Rafael Oliveira agradeceu, e se inscreveu para falar sobre o tema. Explicou que a QNR é um misto de remoção de ocupações irregulares junto com o programa de atendimento de demanda organizada, e que o Governo, numa gestão anterior, assim que o Presidente Lula lançou o Pro-Moradia, fez um esforço para implantar a infraestrutura, e que agora estariam fazendo um esforço para executar o trabalho técnico social e implantar um programa de melhoria de moradia, pois a ideia seria dar qualidade para essa moradia. Continuou explicando que o Governo, além do trabalho técnico social, vai avançar também no processo de regularização da QNR de 02 a 05. Informou ainda que até o final de 2013 serão entregues as escrituras daquilo que é possível regularizar, que seja terra de particular, mas bem de propriedade dominial do Distrito Federal. O Presidente substituto externou a sua satisfação pela implementação do primeiro trabalho técnico social, o qual será contratado. Em seguida, saudou a equipe da CODHAB, por conseguir formatar o processo e tocá-lo adiante. Não havendo mais quem quisesse discutir, passou-se à votação da demanda em questão, objeto do processo nº 390-007.115/2012, cuja proposta foi aprovada por unanimidade. Continuando a ordem do dia, passou-se ao **item 4 da pauta: Assuntos Gerais**, começando pelos Informes do Presidente. O Presidente substituto Rafael Oliveira informou que o Governo do Distrito Federal vem fazendo um esforço orçamentário e financeiro, para poder custear as obras de infraestrutura dos setores habitacionais que foram licitados ou foram colocados em editais de chamamento, no âmbito do Morar Bem, e que não contam com o que se chama de SEPAC, que são os recursos de contrapartida financeira do Distrito Federal, para implantação das obras de infraestrutura. Informou também que as quadras 117 e 118 do Recanto das Emas, a terceira etapa do Riacho Fundo II e a



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e
Desenvolvimento Urbano
Unidade Gestora de Fundos - UGF



quarta etapa do Riacho Fundo II, estarão contidas num esforço orçamentário e financeiro, em três unidades orçamentárias: no FUNDHIS, no FUNDURB e na CODHAB. Continuou informando que as demais regiões previstas no Programa Morar Bem entram no SEPAC, da alçada do Governo do Distrito Federal, por meio de empréstimo junto ao BNDES, para poder implantar a infraestrutura. Terminado os informes por parte da presidência, passou-se ao tema: **Assuntos Gerais**. Com a palavra, o Conselheiro Cláudio Pereira dos Santos pediu esclarecimento com relação à situação do Setor Norte da área de Planaltina, uma vez que tem surgido vários questionamentos a respeito desse assunto. Afirmou precisar de detalhamento sobre o fato, pois foi lançada a licitação e aberta a proposta, mas depois a licitação foi cancelada, e de alguma forma retirada. Para responder o questionamento, o Presidente do Conselho na reunião, Rafael Oliveira, informou que o dono da terra citada é o Distrito Federal, e que o problema não seria de propriedade da terra, mas sim de posse, pois a EMBRAPA ocupa a área há pelo menos trinta anos e como é ente público é detentora de um termo de cessão e posse, dado pela Secretaria do Patrimônio da União, quando a área ainda pertencia à União. Mas que a área foi repassada ao Distrito Federal e, portanto, deixou de ser de propriedade da SPU. Explicou ainda que existe um diálogo com a EMBRAPA sobre o processo de desocupação da área, e nesse diálogo a EMBRAPA solicitou a suspensão do processo licitatório até o deslinde da questão. Rafael afirmou acreditar que em breve a questão será finalizada, que a Secretaria do Patrimônio da União, a EMBRAPA e o Governo do Distrito Federal irão assinar um termo de compromisso para a desocupação da área. Em seguida a palavra foi concedida ao Conselheiro Antonio Fernandes Barros, o qual solicitou uma informação a respeito de uma área de São Sebastião, para criação de dois bairros destinados a famílias com baixa renda, o Crixás e o Nacional. Alegou que essas áreas estariam sendo invadidas e vendidas pelos grileiros. Também informou que a AGFIS e os órgãos competentes não têm tomado providências quanto ao assunto. Afirmou ainda que em São Sebastião, a classe baixa foi prejudicada com o Manguelal, de forma que não estão sendo atendidas as famílias de baixa renda. Expôs também outro assunto referente às indicações das pessoas através das entidades, pois alguns associados desistem do empreendimento e seus nomes ainda continuam na lista, prejudicando outras pessoas que necessitam e querem participar. Perguntou se os nomes das pessoas que desistiram poderiam ser substituídos por outros que necessitam. Respondendo, o Presidente substituto Rafael Oliveira afirmou não ter problemas em responder tais questões, mas esse tipo de questionamento em relação à Política Habitacional deveria ser debatido em reuniões específicas para essa finalidade, bastando solicitar audiência em sua agenda. Esclareceu que essas questões não dizem respeito às pautas do FUNDHIS e que esclarecimentos sobre o conteúdo da Política Habitacional acabam inviabilizando o bom andamento da reunião. Continuou com a informação de que a CODHAB foi reestruturada, e que hoje conta com seis



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e
Desenvolvimento Urbano
Unidade Gestora de Fundos - UGF



diretorias, facilitando a execução das tarefas. Quanto a São Sebastião, Rafael informou que a ação do Governo é de solicitar a AGFIS e SEOPS que façam o processo de fiscalização e de desobstrução de ocupações irregulares. Instou o conselheiro Antonio Fernandes Barros a ajudar nessa tarefa, por meio da formalização de denúncias. Respondeu que os editais do Crixás e do Nacional estão prontos e serão lançados ainda no mês de abril, na mesma dinâmica do Morar Bem. O Presidente substituto Rafael Oliveira também esclareceu ao conselheiro Antonio, que haveria divergência quanto à sua fala, quando o Conselheiro afirmou que a população de baixa renda não estava sendo atendida. Destacou que a abrangência dos atendimentos vão além de São Sebastião, a exemplo do Paranoá Parque, do Itapuã Parque, da terceira etapa do Riacho Fundo II, da quadra 117 e 118 no Recanto das Emas, além de Vargem da Bêncão. E que 80% (oitenta por cento) das unidades habitacionais que vão ser ofertadas no âmbito do Programa Morar Bem, são destinadas à população que ganha até mil e seiscentos reais de renda familiar bruta. E esclarecendo com relação ao cadastro, sugeriu que marcassem um diálogo com o diretor de Produção Habitacional da CODHAB, o senhor Carlos Viana ou o senhor Paulo Valério, que é o gerente da Gerência de Cooperativas e Associações também da CODHAB, para poder dialogar sobre questões específicas do cadastro. O Conselheiro Francisco Dorion de Moraes se inscreveu para alguns questionamentos. Primeiramente parabenizou o Governo pelo trabalho na QNR da Ceilândia. Em seguida afirmou que compartilha das questões colocadas pelo Conselheiro Cláudio, e reivindicou junto à Presidência que houvesse mais facilidade em apresentar propostas ao Conselho Gestor do FUNDHIS por parte dos conselheiros. Também afirmou que o papel dos Conselheiros não se resume a referenciar os desejos estabelecidos pelo Governo, pois o Conselho não é constituído só por membros indicados pelo Governo. Colocou para avaliação da Presidência a questão do PLANDHIS, pois não teria observado vontade de apostar no Plano para as quadras ímpares: da 100 a 127. Afirmou ainda ser uma demanda que foi aprovada no PLANDHIS, e que seria tema muito forte na Conferência Distrital. Prosseguindo, o Conselheiro Francisco Dorion falou também da sua indignação pelo cancelamento de projeto no dia de hoje. Afirmou que e que há vinte e cinco anos frequenta essa Casa (órgão responsável pela execução da Política Habitacional do DF) e disse ainda que nunca foi servidor da Casa por opção, mas que se entristece muito porque a única obra física iniciada na atual gestão, obra contratada por uma instituição bancária, foi cancelada. Continuou expondo sua chateação ao saber que há um mês os cooperados convocados não podem ser contratados, e que não sabia por que o Secretário havia tomado essa decisão. Afirmou que estaria expondo a questão na Conferência, para fazer uma discussão com o Secretário, de forma aberta, e acima de tudo respeitosa. Ainda colocou que os movimentos sociais e populares estão sendo desrespeitados pela Secretaria de Habitação. A Conselheira Teresa Ferreira Dias (Representantes de Entidades dos



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e
Desenvolvimento Urbano
Unidade Gestora de Fundos - UGF



Movimentos Populares da Área de Habitação) solicitou a palavra e disse: Secretário, eu teria vários pontos aqui para falar referente ao cadastro, mas o senhor já falou que em outro momento nós podemos tratar disso. Mas eu não poderia deixar de falar sobre um ponto aí que nós buscamos há muitos anos, e essa é a oportunidade que eu vejo para estar falando sobre isso. É a questão das novas quadras do Guará, que na verdade de nova não tem mais nada. Essa cota já está aqui na CODHAB desde 2010, eu tenho o documento em casa, que a Terracap mandou para mim. Nós sabemos disso. Eu queria saber como é que vai ficar isso aí, porque aqui na secretaria é um assunto que não se comenta. Eu já busquei, já encaminhei vários requerimentos, vários requerimentos aqui, eu não tenho a resposta, e eu queria saber, Rafael, Secretário, você sabe que isso é uma busca, eu faço parte disso há dezessete anos, e eu estou querendo saber como é que vai ficar isso aí. Obrigada. Em seguida, o Presidente substituto Rafael Oliveira concedeu a palavra, em caráter excepcional, ao Conselheiro Cláudio Pereira dos Santos, pois já havia terminado o momento para inscrição. O Conselheiro Cláudio fez uso da palavra para expressar a sua indignação quanto ao modo de encaminhamento da reunião e sugeriu que para melhor aproveitamento da reunião não deveria haver controle de tempo, uma vez que o Conselho tem poucas reuniões. Afirmou que compartilha das palavras do Conselheiro Francisco Dorion e reafirmou o fato de que os Conselheiros representantes dos movimentos populares por habitação são eleitos por uma categoria, e não empossados pelo Governo, e que já está há 15 anos nessa jornada. Sugeriu ainda que pudessem solicitar uma reunião com a composição da CODHAB e da SEDHAB, para obter esclarecimentos com relação à Política Habitacional. Continuando, o Conselheiro Cláudio alertou quanto a uma demanda de Sobradinho, em que a EMBRAPA ocupa área localizada no parcelamento Nova Colina. Perguntou se há previsão para liberação da área e se o edital de Sobradinho também abrange a área que a EMBRAPA ocupa. O Presidente Substituto Rafael Oliveira retoma a palavra para responder aos questionamentos expostos. Primeiramente enfatizou aos Conselheiros que o Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social, ou mesmo o seu antecessor, o FUNDHABI, são instâncias para gestão de recursos específicos e que obedecem a uma legislação própria. Destacou que a atual gestão foi a primeira a colocar o Conselho Gestor para funcionar. Chamou a atenção para a necessidade expor com clareza as questões levantadas, especialmente sobre falta de diálogo e falta de respeito por parte do Governo. Lembrou aos Conselheiros que ele, juntamente com o Secretário Magela, participaram de todas as etapas locais da Conferência Distrital das Cidades Extraordinária e de todas as etapas de unidades de planejamento. Esclareceu que não há razão para se colocar que há por parte da gestão da Secretaria desrespeito com os movimentos sociais, ou de não escutar as pautas dos movimentos sociais. Afirmou que podem não concordar em tudo, serem unânimes naquilo que o Movimento Social está propondo e, portanto, afirmou não concordar com as falas



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e
Desenvolvimento Urbano
Unidade Gestora de Fundos - UGF



dos conselheiros, quando colocam que não há diálogo com a Secretaria ou com a CODHAB. Afirmou que até poderia concordar com a afirmação de haver necessidade de melhoria da qualidade do diálogo, ou no atendimento àquilo que o movimento quer, pois só está sendo atendido aquilo que está sendo possível atender. Disse que é natural que haja divergência, mas que é necessário esclarecer bem essas coisas, para não ficar parecendo que nem o Magela, nem o Rafael, nem o Luciano Queiroga, nem o Paulo Valério, nem o Carlos Viana, quando são solicitados à agenda, eles não atendem, ou não respondem. Esclareceu ainda que está havendo uma confusão, uma vez que se há algo para ser debatido do ponto de vista da Política da Secretaria ou a Companhia, o diálogo é administrativo, o diálogo passa por marcar agenda com o Paulo Valério, com o Carlos Viana, com o Luciano Queiroga, com o Rafael e com o Magela, para poder debater. Ainda lembrou aos conselheiros que há dois anos e quatro meses os jornais não noticiam problemas relacionados aos atendimentos feitos por meio da Política Habitacional, atendimento de demanda organizada, associação e cooperativa, algum tipo de problema. Sugeriu mais uma vez que os Conselheiros lesem o Regimento Interno e vissem qual a forma de enviar demandas ao Conselho. Com relação à demanda que veio do PLANDHIS, afirmou que a Secretaria está atenta e está finalizando os processos do Morar Bem, e a perspectiva é que possa junto com os novos editais, e já esclarecendo, inclusive, à conselheira Tereza, aquilo que for área para produção habitacional, o edital será lançado até o final desse primeiro semestre. Não é intenção do Governo virar o segundo semestre de 2013, ainda lançando editais para a Política Habitacional. Nós queremos completar cem mil unidades habitacionais, que foi o compromisso do Governador, ainda nesse primeiro semestre, porque daí a partir do próximo semestre nós vamos nos focar no processo construtivo. Creio que dei todos os esclarecimentos. Feito todos os esclarecimentos, e não havendo mais nada a discutir, o Presidente substituto Rafael Oliveira declarou encerrada a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Fundo Distrital de Habitação e Interesse Social - FUNDHIS, desejando a todos um excelente dia. E para referendá-la, lavrou-se a presente Ata, firmada pelos seguintes Conselheiros e Conselheiras.

RAFAEL CARLOS DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Presidente



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e
Desenvolvimento Urbano
Unidade Gestora de Fundos - UGF



ANTONIO FERNANDES BARROS

Conselheiro Suplente Representante de Entidades dos Movimentos Populares da
Área de Habitação do Distrito Federal

CLÁUDIO PEREIRA DOS SANTOS

Conselheiro Titular Representante de Entidades dos Movimentos Populares da Área
de Habitação do Distrito Federal

FÁTIMA DE MARIA SILVA SOUSA

Conselheira Suplente Representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
Social e Transferência de Renda

FRANCISCO DORION DE MORAIS

Conselheiro Titular Representante de Entidades dos Movimentos Populares da Área
de Habitação do Distrito Federal

JANE TERESINHA DA COSTA DIEHL

Conselheira Suplente Representante da Companhia de Desenvolvimento
Habitacional do Distrito Federal



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e
Desenvolvimento Urbano
Unidade Gestora de Fundos - UGF



LUCIANO NÓBREGA QUEIROGA

Conselheiro Titular Representante da Companhia de Desenvolvimento Habitacional
do Distrito Federal

RENATA FORTES FERNANDES

Conselheira Suplente Representante do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos
Hídricos do Distrito Federal

SEBASTIÃO MELCHIOR PINHEIRO

Conselheiro Suplente Representante da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito
Federal

TERESA FERREIRA DIAS

Conselheira Suplente Representante de Entidades dos Movimentos Populares da
Área de Habitação do Distrito Federal